



Universidades Lusíada

Neto, Ana Maria Bertão da Silva
Delgado, João Paulo Ferreira
Carvalho, João Manuel da Silva, 1959-
Pinto, Vânia S.

O contacto no acolhimento familiar de crianças e jovens : uma avaliação atual

<http://hdl.handle.net/11067/3551>
<https://doi.org/10.34628/6cfp-4g30>

Metadados

Data de Publicação	2015
Resumo	No campo das múltiplas interações que ocorrem no acolhimento familiar, destaca-se a relação entre a criança acolhida e a família biológica, pelo impacto que tem no desenvolvimento da criança. Esta relação gera um conjunto de ligações que pode proporcionar ou dificultar à criança a possibilidade de partilhar valores, experiências e conselhos entre aqueles dois mundos. A manutenção das relações pessoais entre os pais e a criança acolhida é um direito de ambos, exceto se contrariar o interesse supe...
Palavras Chave	Crianças acolhidas - Relações com a família, Crianças acolhidas - Psicologia, Famílias de acolhimento
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-IPCE] RPCA, v. 06, n. 1 (Janeiro-Junho 2015)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:25:17Z com informação proveniente do Repositório

**O CONTACTO NO ACOLHIMENTO FAMILIAR
DE CRIANÇAS E JOVENS.**

UMA AVALIAÇÃO ATUAL.

**THE CONTACT IN FOSTER CARE OF CHILDREN
AND YOUNG PEOPLE.**

A CURRENT EVALUATION.

Ana Bertão

*Centro de Investigação e Inovação em Educação (inED)
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto*

Paulo Delgado

*Centro de Investigação e Inovação em Educação (inED)
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto*

João M. S. Carvalho

Instituto Universitário da Maia, CICS.NOVA/INEP/UNICES

Vânia S. Pinto

Centro de Investigação e Inovação em Educação (inED)

Contacto para correspondência:
anabertao@ese.ipp.pt

Resumo: No campo das múltiplas interações que ocorrem no acolhimento familiar, destaca-se a relação entre a criança acolhida e a família biológica, pelo impacto que tem no desenvolvimento da criança. Esta relação gera um conjunto de ligações que pode proporcionar ou dificultar à criança a possibilidade de partilhar valores, experiências e conselhos entre aqueles dois mundos. A manutenção das relações pessoais entre os pais e a criança acolhida é um direito de ambos, exceto se contrariar o interesse superior da criança, já que o corte abrupto das relações estabelecidas interfere na organização dos vínculos futuros. O presente artigo resulta da investigação em curso, no distrito do Porto, intitulado «Contacto no

acolhimento familiar: padrões, resultados e modelos de gestão», no âmbito de atuação do InEd, o Centro de Investigação e Inovação em Educação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto. Este estudo tem como objetivo analisar os resultados do contacto entre a criança em acolhimento familiar e a sua família de origem, bem como as causas da sua inexistência ou cessação. Os resultados preliminares evidenciam que a maioria das crianças e jovens têm contacto com a sua família de origem, ocorrendo em quase 50% dos casos na casa da família de acolhimento, mas nem sempre com a regularidade desejada. Apesar do impacto do contacto na criança ou jovem ser muito diversificado, a maioria manifesta reações emocionais e comportamentais positivas. Por fim, apresentam-se implicações para a prática dos técnicos envolvidos neste fenómeno.

Palavras-chave: Contacto, Família, Acolhimento Familiar, Acompanhamento Técnico

Abstract: Among the multiple interactions in foster care, the relationship between the foster child and the biological family is relevant because of the impact produced on the child's development. The relationship leads to the development of a set of links that can provide or hinder the child's possibility for sharing values, experiences and knowledge between those two worlds. The maintenance of personal relationships between parents and foster child is a common right, unless it is against the child's best interests, since the abrupt rupture of established relationships interferes with the organization of future bonds. This article results of an ongoing process of research in district of Oporto, entitled «Contact in foster care: patterns, results and management models» within the scope of action of the InEd, the Center for Research and Innovation in Education, School of Education of the Polytechnic Institute of Porto. This study aims to analyze the results of the contact between the child in foster care and their family of origin as well as the causes of their absence or termination. Preliminary results indicate that the majority of children and young people have contact with their family of origin, occurring in almost 50 % of cases in the house of the foster family, but not always with the desired regularity. Although the impact of contact on the child or young person can be very diverse, the majority has shown positive behavioral and emotional reactions. Finally, it is presented implications for the practice of the technicians involved in this phenomenon.

Key-words: Contact, Family, Foster Care, Technical Monitoring

Introdução

As relações entre pais e filhos adquirem uma especial importância durante a infância, decorrendo de um instinto natural de cuidado e de proteção considerada que os pais são as pessoas melhor posicionadas para conhecer as necessidades dos seus filhos. Porém, nem todas as crianças e os jovens vivem num ambiente

seguro, encontrando-se alguns deles expostos a contextos negligentes e a abusos físicos, emocionais e psicológicos (Carmo, 2010; Delgado, 2010).

Destaca-se que o desenvolvimento biopsicossocial saudável resulta de um complexo equilíbrio entre diferentes fatores, sendo que quebras neste equilíbrio redundam tendencialmente em repercussões de diferentes tipos e graus de intensidade, as quais são tanto maiores quanto mais nova é a criança. Nos casos em que o superior interesse da criança, previsto no art. 3.º, Convenção dos Direitos da Criança, não é salvaguardado pela família biológica, o Estado intervém, podendo retirar a criança ou o jovem do seu contexto familiar, colocando-os em instituições, à guarda de uma pessoa idónea ou em acolhimento familiar (Nygård, 2009; Delgado et al., 2013). Neste sentido, as famílias de acolhimento são consideradas como a resposta de integração mais adequada, e têm como finalidade proteger e promover o bem-estar e o desenvolvimento das crianças e dos jovens (Barth et al., 2007), oferecendo-lhes um ambiente contendor que realize as necessidades da criança ou jovem em espaço familiar. Primordialmente, esta modalidade de acolhimento surge para assegurar um relacionamento próximo e contínuo com um adulto cuidador, proporcionando às crianças e jovens a hipótese de participarem numa vida familiar inserida na comunidade (Lewis, 1964).

A maioria das crianças e jovens em acolhimento familiar apresenta percursos de vida marcados por privações, decorrentes de contextos familiares negligentes e situações de maus-tratos (Craven & Lee, 2006; Lauver, 2008), circunstâncias estas que poderão originar problemas de desenvolvimento, baixos desempenhos académicos e dificuldades de integração social (Jonson-Reid, 2002). Evidencia-se a importância de integração num meio familiar que vá ao encontro das necessidades das crianças e jovens ao nível do bem-estar afectivo e emocional da mesma forma que uma família de origem (George, Oudenhoven & Wazir, 2003) e que assegure o desenvolvimento de relações emocionais securizantes (Mosek, 2004).

O acolhimento familiar é uma medida caracterizada por ser temporária, e na qual a criança ou o jovem permanece em contacto com os pais biológicos, caso não exista risco para a sua segurança e bem-estar. Pressupõe-se que num curto período de tempo a criança ou o jovem regresse à sua família. Contudo, na impossibilidade desta salvaguardar o seu direito de segurança, espera-se que a solução passe por um tipo de colocação mais definitiva como, por exemplo, numa família de acolhimento ou adoptiva (Moro, Cassibba & Costantini, 2007).

Ao integrarem o contexto de acolhimento, as crianças e jovens experienciam perdas ambíguas, seja pelo afastamento de familiares significativos ao nível do seu quotidiano, seja pelas alterações que ocorrem na estrutura da sua família interna, bem como pela situação indefinida em que se encontram, uma vez que não existe um corte completo e definitivo com a família de origem, podendo esta manter o contacto físico sem manter a presença psicológica ou, pelo contrário, estar psicologicamente presente mas fisicamente ausente (Lee & Whiting, 2007).

Considera-se que a entrada no sistema de protecção e subsequente integração em acolhimento familiar é um desafio psicológico, pois as crianças e jovens têm que lidar com os efeitos traumáticos decorrentes da retirada, gerir a perda temporária ou permanente dos seus pais, isolar-se do seu meio familiar, escolar e social, para além de terem de se ajustar a uma nova família e às **atuais** circunstâncias de vida (Craven & Lee, 2006). Nesta fase, as crianças e os jovens na sua maioria são assolados por um conjunto diversificado de sentimentos, por vezes de grande ambivalência, queixam-se da sua situação e culpabilizam-se, muitos desejam regressar a casa para os seus pais mesmo que estes sejam abusivos.

A colocação de crianças e jovens em acolhimento familiar é considerada como um mecanismo protetor, porém, apesar dos fatores desencadeadores do acolhimento, as crianças e jovens continuam a partilhar um sentimento de pertença e de identificação único com a sua família biológica, que não cessa com a alteração do agregado familiar (Marinkovic & Backovic, 2007). A criança ou o jovem pode ficar fisicamente afastado dos seus pais biológicos, mas não psicologicamente, e como resultado poderá experienciar problemas de lealdade relativamente à família de acolhimento e à biológica (Lee & Whiting, 2007). Brown e Campbell (2007) referem que para se alcançar um acolhimento familiar de sucesso é benéfico, para além do contacto entre a criança ou o jovem e os seus pais biológicos, a proximidade relacional entre ambas as famílias. Destaca-se assim o papel fulcral da manutenção do contacto entre os vários protagonistas no contexto de cada colocação.

Relações familiares e desenvolvimento

Desde o nascimento, o ser humano é colocado em situação relacional, constituindo a família o primeiro grupo natural onde as crianças crescem e se desenvolvem, construindo-se como sujeitos na e pela relação. A família deve cuidar da criança, do seu bem-estar, satisfazendo as suas necessidades, entre as quais estão as necessidades de afeto e de segurança. É na família que as crianças se transformam em pessoas com uma vida mental organizada, que aprendem a amar porque têm a experiência de terem sido, um dia, sonhadas e amadas. A qualidade das vinculações estabelecidas nos primeiros anos de vida afeta a organização da auto-estima (organização do narcisismo) e a capacidade de amar e de trabalhar, interferindo, entre outros aspetos, na organização da agressividade (Bertão, 2004).

A família tem, assim, diversas funções, constituindo-se enquanto elemento estruturador, pelo cuidado e satisfação das necessidades básicas e pela capacidade em proporcionar o ambiente no qual torna possível o desenvolvimento das capacidades físicas, mentais e sociais. Contudo, nem sempre isto ocorre de forma harmoniosa, o que irá ter consequências no desenvolvimento das crianças, interferindo nos processos de separação-individuação (Mahler, 1982), com

repercussões no percurso identitário e na capacidade de estabelecimento de vínculos futuros.

Na visão de Winnicott (1988; 1995), cada ser humano tem um potencial inato para amadurecer e integrar-se, desde que incluído num ambiente facilitador que forneça cuidados suficientemente bons (alimento físico e psíquico), sendo, no início, esse ambiente representado pela mãe. A associação prolongada da ausência da mãe (ou outro cuidador) com a não satisfação da necessidade, desconforto ou aflição contribui para o desenvolvimento do medo em relação à perda da figura de apego (Winnicott, 1990), e deixa marcas de insegurança e desconfiança na personalidade. A evocação de um bebé que nasce com um equipamento genético e competências que o caracterizam e exigem adaptação ao meio ambiente e de um ambiente que deve adaptar-se às necessidades do bebé de modo a satisfazê-las, no início da sua vida, na íntegra, é clara e indiciadora da identificação que, na opinião de Winnicott (1988), acontece entre mãe (ou, sabe-se hoje, pai ou outra figura de vinculação) e o seu bebé. Ora, é esta adequação mútua que serve os processos de maturação. Importa recordar que o “indivíduo é, por um lado, uma parte da família e da comunidade a que pertence, mas, por outro lado, nele habita e reconhece-se essa mesma família e essa mesma comunidade” (Alarcão, 2000, p.49).

É ampla a investigação que acentua o papel determinante das relações precoces no desenvolvimento saudável da criança e das suas implicações na capacidade de vinculação na idade adulta. Na década de 40 do século passado, os estudos pioneiros de Anna Freud com crianças separadas dos seus pais/das suas famílias, durante a guerra (Gauthier, 2002), a par dos trabalhos de Spitz sobre a depressão anaclítica e o hospitalismo (Spitz, 1987; Lebovici & Soulé, 1980) revelaram as consequências nefastas quando as crianças pequenas eram separadas do seu ambiente familiar. Também Bowlby, na década de 50, deu especial importância às relações mãe-bebé e estudou essencialmente os efeitos das separações nas crianças em idades precoces, nomeadamente em situações de hospitalização, em instituições e em acolhimento, desenvolvendo a teoria do afeto, segundo a qual, “sob a influência da etologia e da teoria da informação, (...) o bebé é concebido como um ser social, cuja necessidade primordial é entrar em relação com o outro” (Gauthier, 2002, p. 28).

Os efeitos nefastos da carência ou privação, total ou parcial, dos cuidados maternos, resultantes de interações entre a criança e o sujeito cuidador insuficientes, pela ausência de uma figura cuidadora ou pela descontinuidade e insegurança nas relações estabelecidas (Bowlby, 1984) poderão ser minimizados quando é oferecida à criança uma figura de vinculação de substituição. Na ausência da figura materna, ela pode estabelecer uma relação estável e reasseguradora, minimizando a experiência de privação e os danos daí decorrentes (Lebovici & Soulé, 1980) com figuras parentais de substituição. Importa então que as crianças cresçam em família, onde se sintam acolhidas e desejadas e onde os cuidados são realizados pelos adultos de referência de forma continuada e adequada às

exigências e necessidades das crianças. As relações entre pais e filhos deverão ser, então, analisadas do ponto de vista da sua qualidade e quantidade, já que a insuficiência, a descontinuidade e as distorções nas relações e nos cuidados têm consequências no desenvolvimento infantil e, por isso, na organização da personalidade e na vida adulta.

As reacções das crianças às situações de separação do ambiente familiar, quando prolongadas e sem possibilidade de contacto podem levar ao desapego (Gauthier, 2002, 28), ou não apego, em situações de luto não resolvido, e à não possibilidade de estabelecimento de novos apegos, que conduzem, em algumas situações estudadas, sob determinadas condicionantes, à morte (Lebovici & Soulé, 1980). A investigação de Ainsworth, na linha de Bowlby, revelou que as crianças entre os 12 e os 18 meses já manifestam respostas diferenciadas quando deixadas por um curto período de tempo pelas suas mães em contexto desconhecido (Gauthier, 2002), o que demonstra que, no final do primeiro ano de vida, a marca da vinculação já se faz com contornos comportamentais diferentes. Ainsworth estabelece a ligação entre as reacções descritas e o tipo de interacção mãe-criança:

A partir das suas observações feitas sobre o aleitamento, a interacção face a face, as reacções aos choros, e o contacto corporal, Ainsworth conseguiu fazer correlações entre a experiência da presença de uma mãe (ou um pai) disponível, sensível aos sinais da criança e capaz de responder rapidamente aos pedidos de protecção e de conforto, e a segurança da criança com 1 ano, ou, pelo contrário, a experiência de uma imagem parental esporadicamente disponível, associada a separações frequentes ou até a ameaças de abandono (ansioso-resistente), ou a experiência de uma imagem parental que recusa constantemente o pedido de ajuda da criança. Há, pois, correlações estatisticamente significativas entre o estado seguro e inseguro da criança e o modo como se ocuparam dela durante o primeiro ano (Ainsworth et al. citados por Gauthier, 2002, 29).

Durante o 1º ano de vida, as crianças constroem os modelos internos de funcionamento, ou *internal working models*, a partir das trocas comunicacionais que estabelecem com as figuras cuidadoras e “a criança que recebe apoio e disponibilidade emocional das figuras parentais desenvolve um modelo interior de confiança e, gradualmente, de auto-estima.” (Gauthier, 2002, p. 31). Quando isto não acontece, a criança desenvolve um modelo de funcionamento marcado pela ansiedade e pela ira, interferindo na construção da imagem sobre si e sobre os outros. Importa realçar que estas imagens se vão construindo em simultâneo e se condicionam: se a experientiação relacional afectiva permite a construção de uma imagem cuidadora disponível e gratificante, isto permite a construção de uma imagem de si merecedor “de afeto e de atenção” (Gauthier, 2002, p. 32). Nesta linha de pensamento, a evolução da capacidade exploratória e epistemofílica das crianças depende, entre outros factores, da qualidade das relações e da forma como foram cuidadas, onde a continuidade e regularidade são vitais.

O acolhimento familiar é uma medida que implica uma separação da criança com o seu ambiente (casa, escola, bairro), muitas vezes sem o conhecimento prévio das crianças, e a oferta de cuidadores substitutos, reconhecidos como mais

qualificados para a função parental. As reações a esta separação são diferenciadas em função da idade da criança, do ponto do seu desenvolvimento e da natureza dos seus vínculos, a indiferença, o choro, a raiva, a esperança ou desesperança, são algumas das que poderão ser elencadas. Espera-se que a criança aceite a mudança, que se justifica pela necessidade de lhe proporcionar cuidados e bem-estar, sem, muitas vezes, a ter escutado, sem lhe ser comunicada a decisão, sem lhe ter sido explicado o processo. As crianças e jovens são separadas do seu ambiente familiar, da sua escola, do seu bairro, de um espaço (entourage) conhecido que, apesar do perigo que o caracteriza, pode, em algumas situações que é necessário avaliar previamente, representar para a criança a sua base de segurança. O modo como as crianças e jovens são retirados às suas famílias, bem como a qualidade dos contactos estabelecidos após implementação da medida, irá ter implicações na forma como crianças e jovens aceitam a medida, como elaboram as perdas inerentes às separações e se disponibilizam para a criação de novos laços nas famílias de acolhimento e no modo como reorganizam, se necessário, as ligações com a família biológica.

As crianças e os jovens em acolhimento familiar, escutadas nos grupos focais no âmbito do projecto de investigação «Acolhimento Familiar de Crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro» realizado entre 2011 e 2013 (Delgado et al., 2013), referiram o seu desejo de saberem das matérias que lhes dizia respeito, de conhecerem a família que as iria acolher, a escola, o bairro onde iriam morar, antes de, abruptamente, sem preparação, passarem de um espaço habitacional para outro. Agrava-se, nestes procedimentos, a insegurança aliada ao sentimento de não domínio da própria vida, ampliando o espaço da hostilidade, da dúvida e do medo. Exige-se que a criança seja capaz e aceite integrar-se numa nova família sem antes alguém ter explicado como ficam as relações com a “velha”.

As representações que se constroem sobre os diferentes protagonistas estão marcadas muitas vezes pela desqualificação, com origem em generalizações abusivas que colocam nas famílias biológicas a ausência de competências parentais e de padrões transaccionais positivos, ligados, muitas vezes, ao desinteresse pelos seus filhos, enquanto nas famílias de acolhimento, escolhidas por técnicos que lhes reconhecem competências e qualidades para cuidar de menores, são colocadas as capacidades de educar as crianças. Ora, esta visão dicotómica e distorcida da realidade precisa de ser desconstruída para diminuir tensões comunicacionais: a informação, proximidade e interacção inter-familiar permitirão a construção de uma comunicação desejável entre as duas famílias, as crianças e os técnicos, onde as mensagens e informações acerca das crianças que pertencem, temporariamente, aos dois sistemas familiares possam circular de forma adequada e saudável. Importa ainda realçar que as crianças e jovens não são propriedade de nenhum dos sistemas, e que a dependência desejável no início de vida deverá dar lugar a uma autonomia progressiva. Quanto melhor funcionar a comunicação entre as duas famílias menor é o risco de se

instalarem coligações e disfuncionamentos (Tribuna & Relvas, 2002), diminuindo a emergência dos conflitos de lealdade, e facilitando os processos identificatórios e sentimentos de pertença e inclusão.

Deste modo, é vital neste processo que as crianças e os jovens colocados em famílias de acolhimento mantenham os contactos com a sua família de origem de modo a permitir a manutenção das relações positivas, quando existentes. Destes contactos entre pais e filhos e, desejavelmente, entre famílias, de acolhimento e de origem, podem resultar diversos efeitos protetores: 1) construção de representações e expectativas mais realistas; 2) construção de um projecto educativo que envolva todos os responsáveis pelos menores; 3) a convergência de medidas educativas; 4) a possibilidade das crianças estabelecerem relações de proximidade e de afeto com a família de acolhimento sem temer que os pais as culpem de falta de lealdade para com a família de origem.

A aliança entre as famílias biológica e de acolhimento, quando possível, e se devidamente apoiada pelos profissionais responsáveis pela medida, favorece e potencia os contactos, e permite essencialmente que, em conjunto, se possa decidir no superior interesse da criança, fim último da medida, sem a necessidade de quebras e ruturas nas interações familiares, protegendo a criança do abandono, quer no plano físico, quer no plano simbólico, contribuindo para a possibilidade de regresso das crianças à família de origem. A hostilidade, traição, raiva, culpa poderão ser mitigados e transformados em afetos mais positivos cunhados pela cooperação e investimento afetivo de todos os envolvidos no processo.

Note-se, contudo, que o contacto promove o sentimento de segurança quando “a criança se sente física e emocionalmente segura, antes, durante e depois do contacto ocorrer”. Torna-se todavia arriscado quando “está associado a níveis inaceitáveis de ansiedade, incerteza, ou, em certos casos, de medo na criança” (Beek & Schofield, 2004a, p.127). O que faz a diferença, para lá da sua mera existência ou frequência, é a qualidade da experiência, o facto de se revelar apropriada para os seus protagonistas, especialmente para a criança. Entre estabelecer uma vinculação segura com os acolhedores, resolver sentimentos de perda ou separação e formar uma identidade autobiográfica e genealógica, em caso de conflito a prioridade deve ser dada à vinculação segura, indispensável para assegurar à criança o ambiente para o seu desenvolvimento sócio-emocional (Neil e Howe, 2004).

Este estudo centra-se precisamente no contacto entre as crianças e jovens em acolhimento e a sua família biológica, a partir da perspectiva da família de acolhimento, e tem como objectivos analisar o seu contexto e enquadramento, bem como refletir sobre o seu impacto nas crianças e jovens.

Metodologia

Método

O presente estudo tem como principal objetivo analisar os resultados do contacto entre a criança ou jovem em acolhimento familiar, bem como identificar mudanças a introduzir na organização e realização dos contactos, de modo a aperfeiçoar a gestão e o acompanhamento das colocações.

Os principais resultados que pretendemos apresentar resultam da aplicação de um questionário a 140 famílias de acolhimento do distrito do Porto, desenvolvido pelo grupo de investigação, o qual permitiu obter informações sobre as 217 crianças e jovens que se encontravam no sistema em janeiro de 2014, representando 58% das colocações familiares de crianças e jovens em Portugal (Instituto da Segurança Social, 2013). Todos os casos de acolhimento familiar na sequência de uma intervenção administrativa ou judicial planificada foram incluídos neste estudo. A análise estatística foi realizada com o software PAWS Statistics 18.

Caracterização das crianças e jovens

Atualmente, no distrito do Porto, estão em acolhimento familiar 217 crianças e jovens, com idades que se situam entre um e os 24 anos, situando-se a média de idade nos 15,36 anos. A maioria (67,3%) tem mais de 14 anos, seguindo-se o grupo dos 10 aos 13 anos (20,7%) e com bastante menor expressão os grupos de idades mais baixas: grupo dos 6 aos 9 anos com 8,3% e as crianças com 5 anos ou abaixo representam apenas 3,7% da totalidade, o que corresponde apenas a oito crianças. Gondomar é o concelho que concentra um maior número de crianças e jovens, nomeadamente 22,6%, estando as outras dispersas pelos restantes concelhos do distrito.

Embora existam mais rapazes do que raparigas em acolhimento familiar (122 e 95, respetivamente), em teste binomial, conclui-se que não existe diferença percentual estatisticamente significativa ($p = 0,077$) entre o género masculino e feminino. Tal como não existe diferença estatisticamente significativa ($t = 1,423$; $p = 0,156$) entre a média de idade nos dois géneros, sendo esta um pouco mais baixa no género masculino, 14,96 para os rapazes e 15,88 para as raparigas. São crianças e jovens que estão em média acolhidos há mais de 9 anos, havendo uma diferença estatisticamente significativa ($t = 1,797$; $p < 0,05$) entre a média de duração do último acolhimento nos dois géneros, 10,57 no caso das raparigas e 9,04 no caso dos rapazes.

Apresentação e Discussão de Resultados

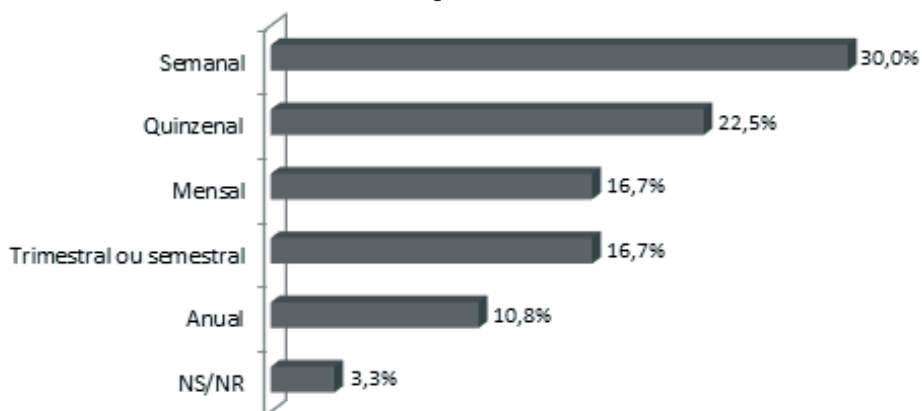
No total das 217 crianças e jovens em acolhimento no distrito do Porto, 130 têm contacto com a família biológica. O estudo revela que atualmente 87

crianças e jovens não mantêm qualquer contacto com a família biológica, para 59,7 % o contacto cessou até aos primeiros meses do acolhimento, porém para 33,3% desde que a medida foi decretada pelo tribunal o contacto nunca existiu. Embora existam situações de falecimento de alguns progenitores e conflitos entre a família de acolhimento e de origem, causas estas identificadas como estando na base da ausência dos contactos entre as crianças e jovens acolhidos e suas famílias de origem, as razões apontadas pelos prestadores de cuidados para a maioria das situações de cessação dos contactos, em 84,8% dos casos, são o abandono ou desinteresse da família biológica.

A partir da análise dos dados, é possível observar que do total de 130 crianças e jovens que tem contacto com a família biológica, 92,3% têm visitas comparativamente a 7,7% que apenas têm contacto através do telefone, telemóvel e/ou redes sociais. Este tipo de contacto não presencial existe para as 10 crianças e jovens que não têm visitas e para um total de 68 crianças ou jovens que têm contacto presencial com a família de origem. Na sua maioria, trata-se de contactos telefónicos entre a criança ou jovem e a sua mãe, irmãos, tios, pai, avós ou outros familiares, bem como contactos através das redes sociais e mensagens de texto, com maior incidência com os irmãos.

As visitas realizam-se regularmente na casa dos acolhedores, em 45,8% dos casos, ou na casa da família de origem, em 25,8%. São efetuadas em 41% das situações por outros familiares que não os pais, pela mãe, em 39,3% dos casos, ou pelos pais em conjunto, em 16,2% das situações. As visitas ocorrem com maior incidência ao fim de semana, i.e. 59,2%, em dias de festa, em 20,8% dos casos, ou alturas de férias, em 18,3%. Ao nível da frequência, pela análise do gráfico 1, depreende-se que a frequência varia tendencialmente entre semanal e quinzenal, não obstante 16,7% das crianças e jovens sejam visitados pelos familiares trimestral ou semestralmente e 10,8% apenas anualmente.

Gráfico 1: Frequência das visitas

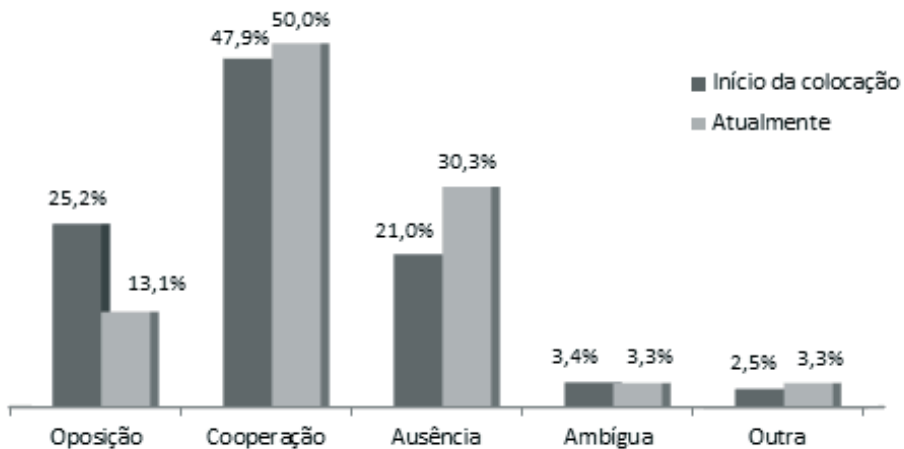


Perante este enquadramento, 66,1% dos acolhedores considera que as visitas são em número suficiente, sendo que apenas 17,0% afirma que deveriam ter uma periodicidade diferente. A maioria (97,4%) assume uma atitude de concordância com a realização das visitas; porém, 14,5% destes acolhedores referem não ser a favor das visitas, enquanto 82,9% concordam e colaboram para a sua ocorrência.

Apesar de 37,1% dos acolhedores não identificarem qualquer dificuldade na sua realização, 62,9% dos acolhedores consideram existir múltiplas dificuldades, entre as quais 26,7% que refere ocorrer incumprimento e/ou irregularidade por parte da família de origem, 25,9% considera que os constrangimentos prendem-se com os custos associados à deslocação e 19,0% com a distância entre a morada da criança ou jovem e a morada da família de origem. Neste sentido, são várias as sugestões de melhoria enunciadas pelos acolhedores, entre as quais, maior investimento, estabilidade e envolvimento emocional da família de origem, cumprimento da data e hora da visita, alteração da periodicidade das visitas, bem como maior disponibilidade financeira e melhoria das condições habitacionais.

As mães das crianças e jovens em acolhimento são percebidas maioritariamente como cooperantes seja no início da colocação ou atualmente, 47,9% e 50,0%, respetivamente. Porém, um número elevado é classificado como tendo uma postura de oposição, a qual diminui desde o mesmo momento da integração até ao presente, contrariamente à atitude de ausência que aumentou entre os períodos em análise (cf. Gráfico 2).

Gráfico 2: Atitude da mãe no início da colocação e atualmente



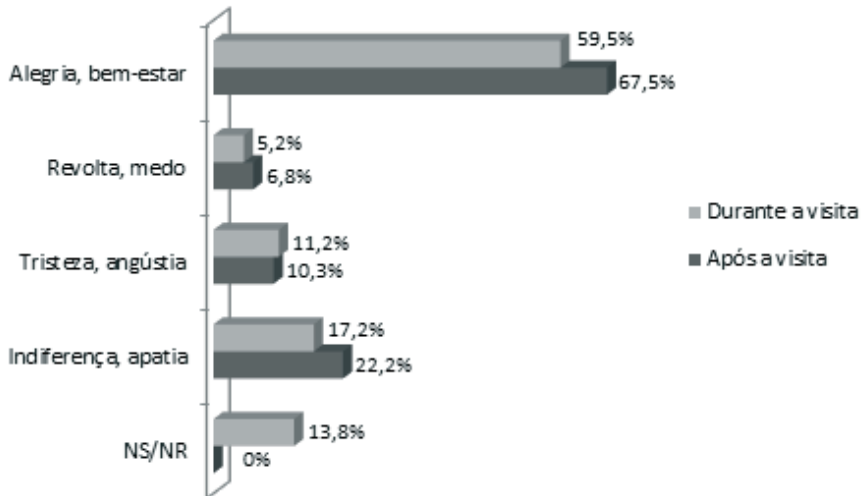
De acordo com o gráfico seguinte (Gráfico 3), considera-se que os pais das crianças em acolhimento apresentam atitudes de menor cooperação que as mães seja no momento de integração da criança ou jovem em acolhimento seja no presente, apresentando assim com maior incidência uma atitude de ausência.

Apresentam em proporção uma tendência similar às mães ao nível da atitude oposição, i.e. 24,5% opunha-se à integração da criança ou jovem em acolhimento comparativamente aos 15,1% que ainda se opõe. Também aumentou a ausência dos pais durante o período de acolhimento, que representam na actualidade o grupo com maior expressão (44,1%).

Gráfico 3: Atitude do pai no início da colocação e atualmente

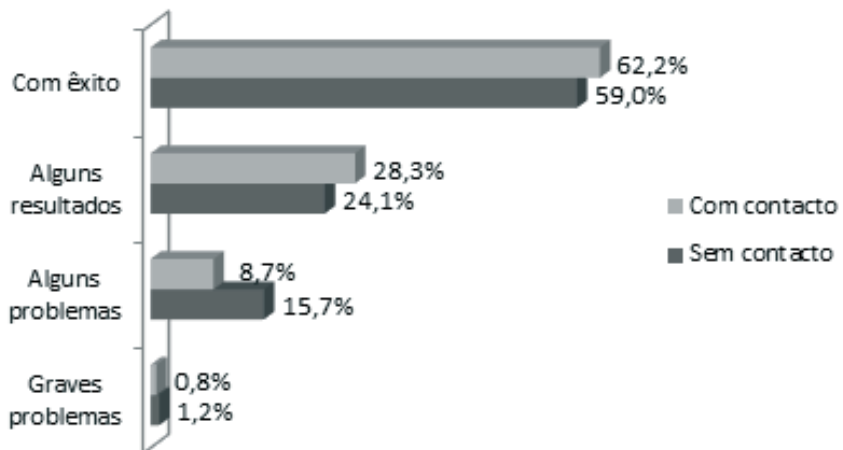
Na perspetiva dos acolhedores, as crianças e jovens apresentam na sua maioria reações positivas seja no decurso das visitas com a família biológica, seja após o seu término. Tendencialmente existe uma concordância entre as reações em ambos os momentos, sendo reduzidos os casos em que os acolhedores enunciam dois tipos de reações distintas para o mesmo momento. Destaca-se que 59,5% das crianças e jovens apresentam reações de alegria, bem-estar, contentamento, satisfação ou tranquilidade enquanto estão com a família biológica (cf Gráfico 4). Evidencia-se igualmente que alguns acolhedores consideram que as crianças sentem tristeza ou angústia; revolta ou medo; indiferença, apatia, desinteresse, passividade ou despreendimento no decurso da visita que se transforma após a visita em reações de alegria, bem-estar, contentamento, satisfação ou tranquilidade. Bem como se confirma o oposto, isto é, situações em que a criança ou jovem sente alegria, bem-estar, contentamento, satisfação ou tranquilidade no decurso da visita e após o seu término transformam-se em reacções de tristeza ou angústia; revolta ou medo; indiferença, apatia, desinteresse, passividade ou despreendimento.

Gráfico 4: Atitude da criança durante e após a visita



Pretendeu-se igualmente compreender se o acolhimento das crianças e jovens com contacto com a família biológica seria classificado como atingindo resultados de maior ou menor sucesso comparativamente às crianças e jovens que não têm qualquer contacto com a família biológica. Neste sentido, destaca-se que as crianças e jovens que têm contacto com a família de origem apresentam de facto resultados mais positivos ao nível do enquadramento em acolhimento familiar, 62,2% com êxito e 28,3% com alguns resultados face a 59,0% com êxito e 24,1% com alguns resultados (cf. Gráfico 5), diferenças que não são contudo estatisticamente significativas ($\chi^2 = 2,667$; $p = 0,446$).

Gráfico 5: Resultados do acolhimento familiar



Conclusão

Perante contextos em que o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças e jovens se encontram em risco junto da sua família biológica, recorre-se a respostas alternativas protetoras, entre as quais a integração num meio familiar alternativo que seja seguro, estável e cuidador.

Entende-se que, independentemente dos fatores desencadeadores do acolhimento, as crianças e jovens continuam a partilhar um sentimento de pertença e de identificação único com a sua família biológica, que não termina com a quebra do equilíbrio familiar (Marinkovic & Backovic, 2007). Conforme se estabelece no n.º 3 do art.º 9º da Convenção sobre os Direitos da Criança “Os Estados Partes respeitam o direito da criança separada de um ou ambos os seus pais de manter regularmente relações pessoais e contactos diretos com ambos, salvo se tal se mostrar contrário ao interesse superior da criança”. Destaca-se que no distrito do Porto envidam-se esforços neste sentido, uma vez que 59,9% das crianças e jovens têm algum tipo de contacto com a família de origem.

Nem sempre estes contactos são cumpridos ou têm a periodicidade desejada, bem como nem todas as mães e pais biológicos apresentam atitudes cooperantes, porém considera-se que se este contacto for entendido pela criança ou jovem como compensatório deve-se assegurar a sua manutenção (Beek & Schofield, 2004b).

A existência de contactos entre a criança ou jovem e a sua família biológica permite reforçar o sentimento de pertença e facilita a construção da identidade, libertando crianças e jovens do conflito de lealdade e evitando-se, deste modo, perdas desnecessárias que acentuariam as marcas de vulnerabilidade destas crianças e jovens. Considera-se que o contacto promove o sentimento de segurança quando a criança se sente física e emocionalmente segura, antes, durante e depois do contacto ocorrer, porém se o contacto expuser a criança a uma ansiedade extrema e a uma forte perturbação emocional, pode dificultar o processo vincutivo, essencial para assegurar integração segura e um desenvolvimento saudável (Beek & Schofield, 2004a; Schofield & Beek, 2006). Na perspetiva dos acolhedores estas crianças e jovens na sua maioria sentem alegria, bem-estar, contentamento, satisfação ou tranquilidade no decurso da visita e após o seu término. Contudo, por algumas reações das crianças serem descritas como de tristeza ou angústia, de revolta ou medo, de indiferença, apatia, desinteresse, passividade ou despreendimento, importa sublinhar a necessidade de um acompanhamento próximo e uma monitorização destas situações por parte da equipa técnica.

Segundo Hudson e Levasseur (2002) um dos maiores desafios das famílias de acolhimento é garantir o contacto da criança ou jovem com os pais biológicos, mantendo uma postura de neutralidade e de concordância. Este estudo revelou que vários acolhedores reforçam a importância da manutenção dos contactos. Alguns acolhedores incentivam o contacto, conscientes do carácter transitório

e temporário da medida e concordam cuidar de crianças que sabem e aceitam não serem suas. Outros “acolhem” também as mães ou pais, impulsionam as visitas, instigando a comparência dos pais em períodos importantes da vida dos filhos, como em festas de aniversário, no dia do Pai ou da Mãe e servindo de modelo identificatório essencialmente a mães muito jovens e mais disponíveis para aprenderem a cuidar dos filhos, como brincar ou a gerir os conflitos entre irmãos. Outros discursos porém são de desqualificação dos pais biológicos não lhes atribuindo propriedades para cuidar dos seus filhos, antes pelo contrário, considerando a proximidade deles como algo danoso para as crianças bem como para o próprio processo de acolhimento.

Perante a perspetiva dos prestadores de cuidados sublinha-se que apesar da maioria destas integrações serem classificadas como de sucesso, não se comprova que o contacto com a família biológica seja um fator preponderante neste resultado. Assim, importa analisar esta relação com maior detalhe a partir de *focus* grupos ou entrevistas a todos os atores, sejam, a criança ou o jovem, família biológica, família de acolhimento e equipa técnica de acompanhamento.

Conclui-se por fim que, independentemente da influência de múltiplos fatores no resultado do acolhimento, as famílias de acolhimento são efetivamente um meio familiar alternativo que pode garantir, de modo provisório ou contínuo, o bem-estar, os cuidados de saúde, a habitação, a educação, ou seja, a proteção e o desenvolvimento integral destas crianças e jovens.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2000). *(des)equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto.
- Barth, R. P., Lloyd, E. C., Green, R. L., James, S., Leslie, L. K., & Landsverk, J. (2007). Predictors of placement moves among children with and without emotional and behavioral disorders. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders, 15*(1), 46-55.
- Beek, M. & Schofield, G. (2004a). *Providing a secure base in long-term foster care*. London: BAAF.
- Beek, M. & Schofield, G. (2004b). Promoting security and managing risk: contact in long term foster care. In E. Neil & D. Howe (Edts), *Contact in adoption and permanent foster care* (pp. 124-143). London: BAAF.
- Bertão, A. (2004). Violência, agressividade e indisciplina em meio escolar: Perdidos em busca de amor. *Psicologica, 36*, 149-162.
- Bowlby, J. (1984). *Apego*. Vol. 1 da Trilogia Apego e Perda. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- Brown, J. D., & Campbell, M. (2007). Foster parent perceptions of placement success. *Children and Youth Services Review, 29*(8), 1010-1020.
- Carmo, R. (2010). A justiça e o abuso de crianças e jovens. Um caminho em constante construção. In: T. Magalhães (Ed.), *Abuso de Crianças da Suspeita ao Crime* (pp. 189-203). Lisboa: Lidel.

- Craven, P. A., & Lee, R. E. (2006). Therapeutic interventions for foster children: A systematic research synthesis. *Research on Social Work Practice, 16*(3), 287-304.
- Delgado, P. (2010). A reforma do acolhimento familiar de crianças: conteúdo, alcance e fins do novo regime jurídico. *Análise Social, 45*(196), 555-580.
- Delgado, P. (Coord.), Bertão, A., Timóteo, I., Carvalho, J., Sampaio, R., Sousa, A., Alheiro, A., & Vieira, I. (2013). *Acolhimento Familiar de Crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro*. Livpsic: Porto.
- Gauthier, Yvon (2002). As primeiras ligações. In Cohen-Solal, J. & Golse, B. (2002). *No início da vida psíquica. O desenvolvimento na primeira infância (27-44)*. Lisboa: Instituto Piaget.
- George, S., Oudenhoven, N. V., & Wazir, E., (2003). Foster care beyond the crossroads: Lessons from an international comparative analysis. *Childhood, 10*(3), 343-361.
- Hudson, P., & Levasseur, K. (2002). Supporting foster parents: Caring voices. *Child Welfare, 81*(6), 853-877.
- INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (2013). *Casa 2012. Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Jonson-Reid, M. (2002). Exploring the relationship between child welfare intervention and juvenile corrections involvement. *American Journal of Orthopsychiatry, 72*(4), 559-576.
- Lauver, L. S. (2008). Parenting foster children with chronic illness and complex medical needs. *Journal of Family Nursing, 14*(1), 74-96.
- Lebovici, S. & Soulé, M. (1980). *O conhecimento da criança pela psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lee, R. E., & Whiting, J. B. (2007). Foster children's expressions of ambiguous loss. *The American Journal of Family Therapy, 35*(5), 417-428.
- Lewis, M. (1964). Foster-family care: Has it fulfilled its promise? *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, 31*(1), 31-41.
- Mahler, M. (1982). *O processo de separação-individuação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Marinkovic, J. A., & Backovic, D., (2007). Relationship between type of placement and competencies and problem behavior of adolescents in long-term foster care. *Children and Youth Services Review, 29*(2), 216-225.
- Moro, G., Cassibba, R., & Costantini, A. (2007). Focus groups as an instrument to define evaluation criteria: The case of foster care. *Evaluation, 13*(3), 340-357.
- Mosek, A. (2004). Relations in foster care. *Journal of Social Work, 4*(3), 323-343.
- Neil, E. & Howe, D. (2004). Conclusions: a transactional model for thinking about contact. In E. Neil & D. Howe (Eds.), *Contact in Adoption and permanent Foster Care* (pp. 224-254). London: BAAF.
- Nygård, M. (2009). Competent Actors or Vulnerable Objects? Constructions of Children and State Intervention among Finnish Politicians in Relation to the Child Protection Act 1983 and 2006. *Social Policy & Administration, 43*(5), 464-

482.

Schofield, G. & Beek, M. (2006). *Attachment handbook for foster care and adoption*. London: BAAF.

Spitz, R. (1987). *O primeiro ano de vida*. (4ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1965).

Tribuna, F. & Relvas, A. P. (2002). Famílias de Acolhimento e Vinculação na Adolescência. In Relvas, A. P. & Alarcão (coord.) (2002). *Novas Formas de Famílias*. (53-119). Coimbra: Quarteto.

Winnicott, D. W. (1988). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Winnicott, D. W. (1995). *Privação e delinquência*. (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Winnicott, D. W. (1990). *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago Editora.